

A CRÍTICA AO MERCADO MÁXIMO NO PENSAMENTO LIBERAL: QUESTÕES DE ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA EM TEMPOS NEOLIBERAIS

O objetivo deste texto não é apresentar o conteúdo de *Liberalismo e ética – a crítica de John Stuart Mill ao Estado mínimo*, o que já foi feito, com bastante competência, em resenha publicada pelo professor Odílio Aguiar (1998). O que se pretende é destacar a contribuição que essa obra de Filosofia Política oferece para a compreensão de problemas cruciais da Teoria Social e da Sociologia Política, expressando as possibilidades de um profícuo diálogo interdisciplinar. Tal diálogo está em consonância com o pensamento de John Stuart Mill, no qual não existiam fronteiras entre a Filosofia, a Economia, a Ciência Política e a Sociologia. Infelizmente, nos dias de hoje, as fronteiras disciplinares tendem a se transformar em muros altíssimos, isolando vozes que poderiam e deveriam ser ouvidas em suas distintas qualidades e, precisamente por suas especificidades, contribuir para uma representação mais frutífera do mundo – assim como as múltiplas vozes do canto coral enriquecem, ao invés de atrapalhar, a expressão musical.

Na interdisciplinaridade residia, em grande parte, o vigor e a fertilidade do pensamento clássico. É pertinente lembrar, aqui, a definição de “clássicos” apresentada por Renato Lessa (1998: 167), ao encerrar uma mesa redonda realizada em 1997, no Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS): “isso que cha-

DE ÁTILA AMARAL BRILHANTE

LIBERALISMO E ÉTICA; A CRÍTICA DE JOHN STUART MILL AO ESTADO MÍNIMO.
FORTALEZA: EDIÇÕES UFC, 1998.

POR LINDA M. P. GONDIM

DOUTORA E PROFESSORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E FILOSOFIA DA UFC.

mamos de clássicos é um conjunto de inventores sociais que nos ensinaram a perguntar coisas sobre o mundo”¹. Assim, o universo da filosofia política seria habitado por “inventores de mundos sociais possíveis” (1998: 165), os quais, sem dúvida, têm uma qua-

lidade ficcional que extrapola o universo da Teoria Social, na medida em que este se ancora, inextricavelmente, na realidade empírica. Como se sabe, o conhecimento dessa realidade é construído pela atuação decidida do sujeito cognoscente, que dirige seu olhar inquisidor ao mundo no qual, como os demais seres vivos, está mergulhado. Esse mundo, compreendido apenas pelos seres capazes de comunicação simbólica, torna-se acessível ao conhecimento científico em função de nossa capacidade de fazer perguntas, a partir das quais coletamos aquilo que chamamos de “nossos dados”. Como lembra, ainda, Renato Lessa (1998: 167), os dados não falam; portadores incuráveis de afasia, dependem de intérpretes e de escribas para se transformar em conhecimento. Como intérpretes e escribas, nós, pesquisadores, é que sabemos perguntar, pois, como nos ensinou Sócrates, é da pergunta, e não da resposta, que nasce o conhecimento.

O pensamento de John Stuart Mill é um terreno fértil em questões, até quando, por vezes, parece enredar-se em inconsistências e confusões, como aponta Átila Brilhante. Caberia, aqui, um comentário sobre o estilo

adotado, por este último autor, na reconstituição do pensamento milliano, uma vez que em *Liberalismo e ética* forma e conteúdo se unem, em benefício da atividade de investigação. O mais interessante nesse livro é a combinação de simplicidade, rigor e audácia – esta muitas vezes encoberta pela profunda modéstia do autor, que na frase de abertura do texto, infelizmente repetida na “orelha” do livro – alude ao “curto fôlego” da obra. Mas, uma análise arguta e cuidadosa evidencia a profundidade das contribuições do autor.

Caberia, talvez, recomendar-lhe um estilo mais “brilhante”, um arrojo maior no modo de exposição – que, por vezes, peca por excesso de didatismo. Contudo, grande parte do mérito de *Liberalismo e ética* é, justamente, fruto desse estilo despojado – “low key”, como diriam os americanos. O leitor é cativado de modo sutil, à medida que conceitos, teorias e informações históricas são apresentados de forma clara, cristalina mesmo. Não há, digamos assim, nada de “marketing” literário ou acadêmico nessa obra de grande interesse, não só para filósofos, mas para todos os que, como a autora, desenvolvem pesquisas na área de Sociologia Política.

O autor não recua ante a necessidade de apresentar pontos de vista ousados. O próprio título-tema do livro fustiga os lugares-comuns desses tempos em que “neoliberalismo” virou um insulto auto-evidente: Átila Brilhante vai buscar em John Stuart Mill a crítica ao estado-mínimo, explorando dimensões que parecem inusitadas no pensamento de um dos pais do liberalismo. É mister, aqui, destacar três delas, selecionadas pelo critério de sua contribuição “maiêutica” para a prática da Sociologia Política. A primeira diz respeito às possibilidades oferecidas pela concepção de utilitarismo esposada por John Stuart Mill, a qual é fundada na maximização de prazeres que se diferenciam qualitativamente, e não, simplesmente, por suas quantidades. Vale lembrar o distanciamento

de Mill com relação ao individualismo possessivo (MACPHERSON, 1979), na medida em que, para ele, no dizer de Átila Brilhante, “os prazeres estão associados a valores fundamentais para a constituição das sociedades” (p. 134). E um desses valores é a *solidariedade*, uma vez que “o desenvolvimento das potencialidades estéticas, éticas e intelectuais de cada ser humano depende de sua capacidade de partilhar experiências com os seus semelhantes. (...) Assim, individualidade, perfectibilidade e sociabilidade são inseparáveis” (p. 134). Donde o destaque conferido por Mill ao papel da educação, e o seu reconhecimento de que o pleno exercício da liberdade política requer que sejam pelo menos mitigadas as desigualdades sociais. Ainda nas palavras de Átila,

os minimalistas querem proteger os cidadãos dos tentáculos do Estado, mas não percebem que a cidadania também pode ser aviltada pela exploração econômica dos patrões, dos monopólios que prestam serviços públicos e pela ignorância. A preocupação com a distribuição da riqueza ocupa o centro da economia política de Mill (p. 136).

É pertinente, aqui, radicalizar o argumento milliano, aplicando-o a um aspecto do funcionamento do mercado capitalista não diretamente relacionado com a distribuição de riqueza, mas sim, naquilo que ele implica para a produção e o “consumo” de bens e serviços “culturais”. Nesse aspecto, mais do que em qualquer outro, torna-se evidente que o mercado é o cemitério, e não o viveiro, da liberdade individual. Pois que outro mecanismo premia com tanta frequência a uniformidade, a imitação, a mediocridade – e, por que não dizer? – os atentados ao bom gosto e à dignidade humana? Não se trata, apenas, do “padrão Globo de qualidade”, ou da falta de qualidade dos Ratinhos e das Tiazinhas; trata-se de reconhecer que o domínio da indústria

cultural nas sociedades contemporâneas significou o triunfo do critério quantitativo de utilidade. Vale lembrar que, na perspectiva quantitativista, adotada por Bentham, dois pregos poderiam ser melhores do que uma poesia (MACPHERSON, 1978). Isso implica o abandono da própria estética – para não falar da ética – como norteadora de escolhas, na medida em que números e cifras são elevados à condição de juizes da boa arte e de ditadores do lazer.

A tentativa de Stuart Mill no sentido de afirmar a diferença qualitativa entre os prazeres é pertinente, ainda que ancorada numa concepção equivocada de utilidade, pois confunde o fático com o normativo (“a felicidade é a única coisa desejável como fim em si mesmo, porque todos a desejam”), nisso aproximando-se, perigosamente, daqueles que preconizam o mercado como mecanismo apto a decidir o que é melhor para a maioria, por ser capaz de dar a esta o que ela “quer”. A crítica a este mecanismo articulador está presente também na segunda dimensão do pensamento milliano que gostaria de destacar, qual seja, a concepção de liberdade individual como instrumento de defesa das minorias contra a tirania da maioria, que faz valer a sua vontade por meio de governos “democraticamente eleitos”. Este ponto é dolorosamente atual, em decorrência da colonização da esfera política por mecanismos similares aos vigentes na esfera econômica, reconhecidos e louvados pela teoria política de corte pluralista inaugurada por Schumpeter (1976 [1942]). Dela são rebentos os “marketeiros” que usam aquela mesma mídia, já escravizada pelos institutos de pesquisa que comandam a produção cultural e de lazer. Os perigos dessa tirania pervasiva, oriunda da visão quantitativista de interesse público, acentuam-se quando fortes desigualdades de renda afetam seriamente as possibilidades de exercício da cidadania, conjugando-se a um “mercado político” caracterizado pela apatia, pelo individualismo e pela profunda des-

confiança dos supostos representantes do povo. O fático – “o que está aí” – passa a sufocar a capacidade de se conceber “mundos sociais possíveis”, alternativos aos atuais.

Aqui, merece ser lembrado o pensamento de C. B. Macpherson (1978: 10), em sua defesa de valores como a liberdade individual e a democracia participativa, que se fundamentam em valores “germinados em sociedades capitalistas de mercado”, mas que, para sobreviver, necessitam transbordar “o seu invólucro capitalista de mercado”. Com efeito, os princípios da liberdade e da igualdade, hoje, só sobrevivem naqueles “nichos” da vida social onde o mercado não é soberano, como, por exemplo, no chamado “quarto setor”. Neste, voluntarismo, solidarismo e utopias substituem o interesse individual como motores da ação, seja em movimentos sociais sobreviventes, seja em organizações não governamentais, seja nas universidades e centros de pesquisa, seja, até mesmo, na velha e boa filantropia. Estes, certamente, não podem ser encarados, em si, como soluções para mazelas sociais e econômicas profundas como desemprego, exclusão, violência e crise financeira, mas constituem o terreno fecundo de onde brotam aquelas perguntas capazes de inventar “mundos sociais possíveis”.

Finalmente, cabe considerar uma terceira dimensão do pensamento milliano identificada a partir da leitura de *Liberalismo e ética*, qual seja, a dimensão epistemológica da liberdade individual. (Vale lembrar, aqui, o *status* de John Stuart Mill como filósofo do conhecimento, um aspecto de sua contribuição intelectual não abordado, diretamente, no livro de Átila Brilhante.) A defesa da liberdade de expressão é invocada pelo pensador inglês não só como instrumento para prevenir as tiranias, mas como condição para o florescimento do conhecimento: no dizer de Átila Brilhante, “a humanidade perde quando uma opinião é silenciada, ainda que ela seja falsa” (p. 94).

Se é verdade, como notam Crespigny e Minogue (1982: 4), que “de Sócrates a Trotsky, o avanço das doutrinas políticas tem sido acompanhado pelo perigo de morte ou de perseguição”, parece que as democracias liberais demonstram que a supressão violenta das opiniões divergentes é menos eficaz, do ponto de vista da tirania política, do que a desqualificação da crítica por meio do recurso à “opinião pública”. Os poderosos de hoje aprenderam a verdade do vaticínio lançado por Sócrates àqueles que o condenaram: silenciar uma pessoa enviando-a à prisão ou à morte pode ter o efeito de multiplicar o número de seus seguidores, os quais, na primeira oportunidade, irão pedir conta aos algozes. Melhor é deixar que o discurso dos dissidentes encontre apenas mentes entorpecidas de tanto ouvir que não há alternativas, e quando a audiência a esse discurso ultrapassar os 25%, desacreditá-lo em nome da autoridade daqueles que sabem porque sabem fazer o que a vontade do povo quer.

Para fugir um pouco ao pessimismo a que a tirania do mercado pode nos levar, é pertinente retornar ao ensaio de Renato Lessa (1998: 197), já mencionado, no qual ele deixa claro os ensinamentos que a Filosofia Política pode trazer para a Ciência Política, que podem ser estendidos à Sociologia Política. Utilizando a curiosa terminologia de Gregório Comanini, um esteta italiano que escreveu no final do século XVI, Lessa afirma que

a agenda da Ciência Política trata da imitação de coisas existentes; coisas existentes que foram postas no mundo por imitadores de coisas não existentes [os filósofos]. Acho que isso junta as duas pontas [a Filosofia Política e a Ciência Política] da nossa tradição. Talvez chame a atenção para o obscurantismo dessa divisão absurda [entre elas]. Crianças hoje, que estão no berçário da maternidade (...) nascem como portadoras de direitos na-

turais. São admitidas por nosso mundo como seres cobertos por um padrão de equivalência moral que há três séculos eram apostias intelectuais incertas, invenções bizarras de alguns pensadores.

Os direitos à liberdade, à igualdade, à solidariedade e à busca da felicidade encontram-se, hoje como nos primórdios da filosofia liberal, inextricavelmente ligados ao exercício do pensamento crítico, o qual só pode vicejar quando a sociedade reconhece a legitimidade da oposição política. Parece haver dois caminhos para o estabelecimento dessa legitimidade: a via pós-moderna, que afirma os direitos das identidades culturais em sua singularidade, pressupondo a incomunicabilidade entre as culturas, com o conseqüente relativismo ético, nem sempre assumido. O outro caminho pode ser vislumbrado em continuidade à herança iluminista, e passa pela (re)construção da esfera pública a partir da busca por direitos universais que não se diluam no formalismo da mera “igualdade perante a lei”. Esse último caminho tem uma dívida com o utilitarismo ético de John Stuart Mill, cuja *Economia Política* recusava a soberania do mercado para afirmar a solidariedade como condição de florescimento da liberdade individual. Agradeço a Átila Brilhante por me permitir uma leitura que enfatiza a qualidade crítica pela qual um dos expoentes do liberalismo fornece argumentos não só contra o Estado mínimo, mas também contra o mercado máximo, colocando valores éticos no lugar de uma “opinião pública” – máscara com que se disfarçam as tiranias políticas e culturais na contemporaneidade.

NOTA

- ¹ Essa mesa-redonda, significativamente intitulada “Por que rir da filosofia política”, teve como um dos temas centrais a relação entre a Filosofia Polí-

tica e a ciência política. A comunicação de Renato Lessa, intitulada "Por que rir da Filosofia Política?, ou a Ciência Política como *techné*", foi publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (LESSA, 1998). O título da mesa-redonda alude a um artigo de Bento Prado Júnior com título análogo, e foi adotado, conforme reconhece o organizador do evento, como pergunta provocativa para retomar o debate sobre os lugares da Filosofia Política na tradição disciplinar da Ciência Política.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Odílio Alves. Resenha - Parceiro Mill. *Jornal O Povo*, Fortaleza, 5 set. 1998, Caderno Sábado, p. 3.
- CRESPIGNY, Anthony de & MINOGUE, Kenneth R. *Filosofia política contemporânea*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- LESSA, Renato. Por que rir da filosofia política?, ou A ciência política como *techné*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 13, n. 36, p. 162-167, 1998.
- MACPHERSON, Crawford B. *A democracia liberal; origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *A teoria política do liberalismo possessivo de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York: Harper & Row, 1976.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em disquete de 3,5", em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel, para:

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais e Filosofia
Universidade Federal do Ceará
Av. da Universidade, 2995 (Benfica)
60020-181 Fortaleza, CE – Brasil
Tel.Fax: (085) 281.5223

O texto deve ser digitado em espaço 1,5 e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize a letra tamanho 12, na fonte Times New Roman, para todo o texto, inclusive para os títulos, subtítulos e notas de rodapé (para estas o computador programa automaticamente o corpo).

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de informações sobre o autor (intuição, cargo, titulação acadêmica, etc.).

Os títulos, subtítulos, etc. devem ser ressaltados por meio de 2 espaços no corpo do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas não devem ser separadas do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços, sem modificação do tipo de letra nem das margens do parágrafo.

Palavras em outros idiomas, nomes de paretidos, empresas, etc. deverão vir em itálico.

FORMAS DE CITAÇÃO

– a bibliografia, em ordem alfabética, e as notas de rodapé, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

– as referências bibliográficas no corpo do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Barbosa, 1964) ou (Barbosa, 1964: 35).

– se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciá-los por letra após a data: (Correia, 1993 a), (Correia, 1993b).

– caso o autor citado faça parte da frase, a referência bibliográfica será feita do seguinte modo: Wolf (1959: 33-37) afirma que...

– referências bibliográficas que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser postas como notas de rodapé.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

Livro: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data entre parênteses), *Título em itálico*. Local: Editora.

Ex.: HABERMAS, Jürgen. (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

Coletânea: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). "Título do capítulo entre aspas", **in:** em negrito, Iniciais do nome seguidas do Sobrenome do(s) organizadore(s), *Título da coletânea em itálico*. Local: Editora.

Ex.: MATOS, Olgária. (1990). "Desejo de evidência, desejo de violência: Walter Benjamin", **in:** A. Novaes (org.), *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Artigo: Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). "Título do artigo entre aspas", *Nome do periódico em itálico*, número da edição: numeração das páginas.

Ex.: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). "Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.